



1. RUI MARTINHO – SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

## ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A Revista Espaço Rural entrevistou o Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Rui Martinho, abordando, entre outros, aspetos importantes como o atual contexto de pandemia que atravessamos e o papel desempenhado pelo sector agrícola e cooperativo, as perspetivas quanto à conclusão do processo de reforma da PAC, os seus objetivos e exigências, o período de transição, bem como a aplicação conjunta nos próximos anos do Programa de Recuperação e Resiliência, do PEPAC e do Portugal 2030.

**1** Estamos a atravessar um período de pandemia e de crise económica e social em que o sector agroalimentar teve e continuará a ter um importante papel. Como avalia o desempenho do sector nesta conjuntura crítica?

No último ano, caracterizado por uma grande incerteza, o sector agroalimentar foi sujeito a um desafio ímpar. Por um lado, foi um sector que assumiu, desde o primeiro momento, a responsabilidade de não parar, de continuar a trabalhar para garantir produtos seguros e de qualidade e a alimentação dos cidadãos. Por outro lado, ficou sujeito a bruscas mudanças nos canais comerciais e no perfil da procura por parte dos consumidores, com consequentes aumentos de custos e, também, redução de margens. A pandemia COVID-19 teve, sem dúvida, um efeito inesperado, global e impactante, quer na vida quotidiana de todos os cidadãos, quer em todos os sectores de atividade económica.

Mas o sector não parou e mostrou-se resiliente. Nada faltou na mesa dos portugueses e, mesmo neste contexto difícil, em 2020, aumentámos as exportações de produtos agrícolas em 5%, face a 2019. No total do complexo agroalimentar, aumentámos as exportações em 2,5% e diminuámos as importações em 4,8%, também face a 2019. Isto significa que os produtos portugueses são reconhecidos pelos consumidores, que lhes dão preferência. E significa ainda que a Política Agrícola Comum cumpriu o seu papel: garantiu a resiliência e a segurança dos sistemas alimentares. Mas, acima de tudo, é o resultado do trabalho de todos, sobretudo dos agricultores, que nunca cruzaram os braços, e de todos os agentes do complexo, que souberam estar à altura deste grande e inesperado desafio. Assim, as prioridades do Ministério da Agricultura (MA) passaram, e passam, por continuar a garantir o crescimento económico do sector, designadamente através da criação de valor acrescentado e dos apoios necessários ao reforço da produção nacional, e por continuar a agilizar as condições para a recuperação da evolução positiva da balança comercial, verificada nos últimos anos. Sendo certo que, olhando para o desempenho do sector no atual contexto e tendo em conta os instrumentos ao nosso alcance, considero que podemos encarar o futuro com confiança e otimismo.

**2 Em seu entender, o sector agroalimentar nacional poderá reforçar, a curto e médio prazo, o seu contributo para a recuperação económica e social? Que instrumentos considera mais adequados para esse efeito?**

A Agricultura é um sector estratégico na economia nacional e terá um papel crucial na recuperação e retoma do crescimento. Isso é evidente nos números que referi na minha anterior resposta. E este é um caminho que pretendemos continuar a trilhar, apostando, designadamente, numa abordagem integradora das várias políticas e instrumentos ao nosso alcance. Falamos de instrumentos que se complementam e que vão permitir ao sector, garantindo o rendimento e a segurança dos sistemas alimentares, dar continuidade aos processos de digitalização e de introdução da chamada arquitetura verde. A nova Política Agrícola Comum (PAC), que entrará em vigor em 2023, será crucial

na promoção de uma agricultura mais verde e resiliente, capaz de contribuir para o desenvolvimento das zonas rurais, mas também para o reforço estrutural do sistema agroalimentar europeu, garantindo a nossa autonomia estratégica. Isto tendo sempre em vista a promoção de um rendimento justo para o agricultor a um preço justo para o consumidor. Pretendemos, durante os próximos dois anos, 2021 e 2022, criar condições de transição para o Plano Estratégico da PAC (PEPAC) e assegurar a concretização da Agenda da inovação 2030, através da promoção de uma gestão ativa de todo o território, onde a produção agrícola e florestal possa ser mais inovadora para responder aos desafios da sustentabilidade económica, ambiental e social.

**A pandemia de COVID-19 teve, sem dúvida, um efeito inesperado, global e impactante, quer na vida quotidiana de todos os cidadãos, quer em todos os sectores de atividade económica. Mas o sector não parou e mostrou-se resiliente. Nada faltou na mesa dos portugueses e, mesmo neste contexto difícil, em 2020, aumentámos as exportações de produtos agrícolas em 5%, face a 2019**

Assim, estamos a concluir a reprogramação do PDR 2020, com um envelope financeiro de cerca de 1750 M€, que inclui 312M€ no âmbito do programa de recuperação pós-COVID *Next Generation*. Este montante terá de ser comprometido no período de transição e terá de ser executado até 2025.

Gostaria ainda de destacar que temos estado a fazer uma plena utilização dos recursos disponíveis, ajustando-os às necessidades e à procura registada. Prova disso está na decisão que tomámos quanto à duplicação da dotação do aviso, dedicado à instalação e investimento de jovens agricultores em territórios de baixa densidade, atendendo à grande procura que aconteceu e dando também resposta ao recente compromisso do governo para a promoção da atividade agrícola em

territórios vulneráveis aos fogos rurais. Recordo que, no Conselho de Ministros de dia 4 de março, o governo comprometeu-se, através de uma resolução e em complemento ao plano nacional de gestão integrada de fogos rurais e ao programa de transformação da paisagem, a promover a atividade agrícola nesses territórios, como forma de contrariar o despovoamento e o abandono da atividade agrícola que se verificou nas últimas décadas.

Já no que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), falamos de investimento público para galvanizar a atividade privada, contemplando também o sector agrícola. São 93M€ para a implementação da Agenda de Inovação para o sector e para alavancar o desenvolvimento tecnológico, procurando, designadamente, simplificar a relação entre o cliente/agricultor e a administração central – exemplo disso é o Portal Único da Agricultura. E no que se refere ao uso eficiente da água, estão identificados 47M€ a investir em Infraestruturas das redes de rega, rede viária e de drenagem do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e 17M€ para modernização dos Aproveitamentos Hidroagrícolas (AH) coletivos e melhoria da eficiência dos regadios individuais, no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, tendo em vista a redução das perdas de água e aumentar a eficiência no sector agrícola. Adicionalmente, o PRR contempla um conjunto de reformas e investimentos transversais, que também beneficiam o sector agrícola e os agricultores, como sejam, entre outras, a cobertura 5G, a requalificação e melhoria de competências e a promoção da igualdade de oportunidades.

E não poderemos deixar de referir o Programa Nacional de Regadios, instrumento essencial na diminuição da imprevisibilidade associada à atividade agrícola e no reforço do seu carácter competitivo. Estamos empenhados na sua concretização e, nesse sentido, está em curso a elaboração de um estudo, de âmbito nacional, tendo em vista o levantamento das necessidades de investimento e do potencial de desenvolvimento do regadio coletivo eficiente.

Neste reforço do carácter competitivo do sector, a internacionalização é uma vertente nuclear, constituindo um domínio fundamental para a recuperação económica. As atividades do complexo agroalimentar português têm um importante peso no

comércio internacional representando, atualmente, 7,2% das exportações e cerca de 11,3% do valor das importações de bens e serviços da economia. Nesta perspetiva, o Ministério da Agricultura tem vindo a apoiar as estratégias sectoriais e a sua articulação com as políticas e os instrumentos de apoio, contribuindo para o aumento das exportações agroalimentares e para o investimento nos mercados externos. O trabalho feito nos últimos anos refletiu-se no comportamento positivo das exportações dos produtos agroalimentares, com o período 2010-2020 a registar maior crescimento das exportações (4,9% ao ano) face às importações (2,2% média anual).

O nível de profissionalismo e de massa crítica e o aumento de escala que se têm verificado ao longo da cadeia de valor são fatores que têm proporcionado o aproveitamento das oportunidades que o mercado internacional disponibiliza a uma economia aberta como é a economia portuguesa, a qual contribui com a colocação de produtos seguros e de qualidade diferenciada nos mercados internacionais. Os vinhos, as frutas, os hortícolas, o azeite, o pescado, o leite e os produtos lácteos e, mais recentemente, as carnes têm sido exemplos desta dinâmica de crescimento no mercado global. Um crescimento ilustrado pelos números já referidos e que comprovam que, mesmo com o impacto da pandemia COVID-19, o sector agroalimentar nacional teve um comportamento positivo ao longo de 2020.

Concluo referindo, ainda, a Agenda de Inovação para o sector, a “Terra Futura”, que estamos a implementar em diálogo com o sector, ambicionando torná-lo mais sustentável dos pontos de vista ambiental, económico e social. Queremos inovar, reforçar a atratividade do sector, responder aos efeitos das alterações climáticas e entregar a Agricultura às próximas gerações, pelas mãos de quem hoje trabalha a terra e melhor conhece os territórios.

### **3** Que balanço faz das medidas até agora adotadas pelo Ministério da Agricultura na resposta ao COVID 19?

Em parceria e diálogo com as organizações representativas, o Ministério da Agricultura continua a procurar responder às necessidades identificadas a cada momento e, assim, contribuir para o



As cooperativas terão um papel crucial, o qual tem de ser valorizado e integrado nas estratégias a implementar no campo do desenvolvimento socioeconómico dos territórios vulneráveis, nomeadamente através do seu contributo para a capacitação dos seus associados, para a organização da produção e competitividade sectorial.

Acreditamos que o caminho passa por esta união de esforços e de recursos em prol de um objetivo comum, constituindo a CONFAGRI um interlocutor da maior relevância junto da Administração.

funcionamento do sector e para o abastecimento alimentar. Aquando do primeiro confinamento, o Ministério deu início a uma monitorização próxima dos preços e das condições de comercialização dos produtos, das matérias-primas e dos produtos alimentares, promovendo uma campanha de incentivo ao consumo de produtos locais – Alimente quem o alimenta –, a qual se materializou numa plataforma online, e simplificando as regras de regulação administrativa. Durante todo este período particular que vivemos, o Ministério tem estado em permanente contacto com a Comissão Europeia e com os Estados-Membros no Conselho de Ministros da Agricultura, para garantir uma resposta conjunta e articulada para prevenir uma crise de mercado. Estamos a utilizar, ao máximo,

a flexibilidade que nos foi e é permitida pelos regulamentos comunitários e, também com o complemento de dotações nacionais, temos procurado assegurar, aos agricultores, um quadro de maior previsibilidade no apoio à superação desta fase difícil.

O Ministério da Agricultura tem feito o que lhe compete: assegurou que 1.600M€ chegassem ao sector, garantindo a tesouraria, o fundo de maneo e a previsibilidade necessária. Implementámos um importante conjunto de medidas de crise, sempre em diálogo com o sector e mediante um acompanhamento permanente. Garantimos que as linhas de crédito e as medidas de lay-off estivessem disponíveis também para o sector. Aliás, no que diz respeito ao conjunto de linhas de crédito para mitigação dos efeitos derivados da COVID-19, importa esclarecer que o sector agroalimentar tem vindo a candidatar-se, sendo evidência disso os cerca de 600M€ que, no início de março, se encontravam aprovados. Assegurámos 111M€ de adiantamentos de pedidos de pagamento. Reforçámos os pagamentos diretos em 85M€, discriminando positivamente a pequena agricultura e os territórios menos competitivos, e o apoio às zonas desfavorecidas em 25M€. Antecipámos os pagamentos do PU - 110M€ em agosto, 412M€ em outubro e 368M€ em dezembro. No PDR, pagámos 512M€, sendo 150M€ para medidas agroambientais e 241M€ para investimento. A este propósito, não poderemos deixar de salientar que o PDR tem uma taxa de compromisso de 100% e 76% de execução. Claramente o melhor desempenho a nível nacional e dos melhores no ranking europeu. No vinho, pagámos 65M€, em que 11M€ foram medidas excecionais de crise (8,3M€ para destilação e 2,4M€ para armazenamento). Mas lembro que disponibilizámos 18M€ que não foram esgotados. E o sector do vinho continuou a exportar mais, tanto em volume como em valor, atingindo cerca de 846M€, mais 26M€ face ao ano anterior. Recordo ainda que criámos condições para não penalizar as ações de promoção programadas, adiadas ou canceladas. Ainda neste âmbito, já temos autorização da Comissão Europeia para abrir, de novo, estas medidas de crise e estamos, por isso, a analisar, com o sector e com os

dois organismos tutelados pelo Ministério – o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) –, o comportamento do mercado e as previsões da próxima campanha de vindima.

#### **4 Como avalia o papel das cooperativas agrícolas no sector agroalimentar e nos territórios rurais? Em seu entender, de que forma poderá o sector cooperativo português ser mais valorizado, enquanto instrumento promotor de desenvolvimento económico e de coesão social.**

A produção agrícola é muito atomizada, pelo que o associativismo e o cooperativismo são cruciais para os agricultores ganharem força de mercado, melhor acesso aos fatores de produção e ao aconselhamento agrícola, bem como para conseguirem uma melhor remuneração da sua atividade. Ao longo de várias décadas, tiveram um papel fundamental no apoio aos agricultores, tendo conseguido adaptar-se às grandes mudanças na agricultura e na economia em geral. A história e o panorama atual mostram, claramente, a importância das cooperativas agrícolas para o desenvolvimento do sector. Esta é uma perspetiva consensual, bastando um olhar rápido para o papel das cooperativas no sector do leite, do vinho, do azeite, do crédito agrícola, da fruticultura, da pecuária e das florestas. Permitam-me também destacar o papel que as cooperativas podem e devem ter na maior dinamização económica e social das zonas mais rurais, em especial nos territórios vulneráveis. A este propósito, gostaria de referir a Resolução de Conselho de Ministros, aprovada no dia 4 de março, e um conjunto de iniciativas, no âmbito dos instrumentos da PAC, tendo em vista o reforço desta atividade nos territórios vulneráveis, com elevado risco de despovoamento e de abandono da atividade agrícola. Assim, entre as ações aprovadas, destaca-se o reforço do financiamento ao investimento através de avisos dedicados às necessidades dos territórios referidos, com níveis majorados de apoio e critérios de seleção ajustados, nomeadamente nos domínios do reforço da transferência de conhecimento nos sectores agrícola e florestal das zonas rurais, através do reforço dos serviços de aconselhamento agrícola ou florestal, bem como de ações de informação e formação, e do reforço

do apoio às cadeias curtas e mercados locais e às organizações de produtores multiproduto, como forma de assegurar o escoamento da produção local e a promoção e preservação dos produtos locais. Ou seja, as cooperativas terão, também aqui, um papel crucial, o qual tem de ser valorizado e integrado nas estratégias a implementar no campo do desenvolvimento socioeconómico destes territórios, nomeadamente através do seu contributo para a capacitação dos seus associados, para a organização da produção e competitividade sectorial. Acreditamos que o caminho passa por esta união de esforços e de recursos em prol de um objetivo comum, constituindo a CONFAGRI um interlocutor da maior relevância junto da Administração.

#### **5 Com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia em curso, qual a sua perspetiva quanto à conclusão do processo da reforma da PAC?**

Um dos principais objetivos da Presidência Portuguesa é a Conclusão da Negociação da PAC. Falamos de um calendário exigente de discussões, dado ser nossa intenção obter um acordo interinstitucional nesta primavera, timing adequado para a implementação dos Planos Estratégicos da PAC, em cada Estado-Membro, em janeiro de 2023.

Depois de uma fase de análise técnica e política de cada um dos regulamentos que constituem a PAC, considerou-se ser o momento para avançar com um conjunto de pacotes negociais de compromisso, como forma de aproximação de posições entre as três instituições. Assim, em março, foi realizado um tríplice conjunto dos três regulamentos que constituem a PAC (Reg. Planos Estratégicos, Reg. Horizontal e Reg. Modificativo da Organização Comum de Mercado). Pretendeu-se criar condições para uma análise integradora, a qual foi precedida de um Conselho de Ministros de Agricultura – AGRIFISH –, que assegurou flexibilidade no mandato obtido em outubro.

Foram alcançados acordos de princípio num conjunto muito alargado de pontos, algo revelador do empenho, cooperação e responsabilidade das três instituições – Conselho, Comissão e Parlamento Europeu – na concretização do acordo da reforma da PAC durante este semestre. E destacam-se os consensos alcançados

designadamente sobre o novo modelo de desempenho, o elemento basilar desta reforma da PAC, que constituiu um passo importante na prossecução da negociação. Foram também acordadas matérias relativas à orientação do apoio dos pagamentos diretos e aos controlos da condicionalidade e transparência na aplicação dos fundos. Obtiveram-se, ainda, entendimentos no sector do vinho, nomeadamente quanto à extensão do regime de autorização de plantação de vinha até 2045 e às regras de desalcoo-lização. Já para reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor, houve um acordo de princípio para alargar a possibilidade de gestão de oferta a todos os produtos DOP e IGP.

Ou seja, registaram-se progressos nas negociações, foi alcançado um acordo de princípio e estamos mais perto de concluir esta reforma até ao final do semestre e de garantir, assim, a essencial previsibilidade aos agricultores, às administrações nacionais e a todos os cidadãos europeus. Há agora condições para avançar no debate de matérias fundamentais, como sejam a arquitetura verde e a dimensão social.

#### **6 Considera que os objetivos e exigências da nova PAC, vão de encontro às necessidades de desenvolvimento do sector agroalimentar nacional?**

A nova PAC tem como objetivos a garantia do abastecimento alimentar, matéria em que a agricultura desempenha o principal papel, e a contribuição para a prossecução dos objetivos ambientais e climáticos da União Europeia, com particular relevo para o Pacto Ecológico Europeu, bem como para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais.

Assim e sem esquecer outros instrumentos em implementação em Portugal, como é o caso da Agenda de Inovação “Terra Futura”, estamos empenhados numa transição digital e climática que seja justa e inclusiva, assente, designadamente, na modernização do sector, na introdução de tecnologia e digitalização, na promoção da investigação, no reforço da capacitação e da partilha de conhecimento. Sempre convictos de que a Agricultura é uma peça chave na dinamização das zonas rurais e no incremento do nível de coesão territorial.

Por isso, sim, a nova PAC continuará a representar uma ferramenta essencial no alcance dos objetivos traçados a nível

nacional e para a afirmação da Agricultura enquanto sector estratégico, cada vez mais sustentável, competitivo e inovador.

## **7** No âmbito da nova arquitetura verde da futura PAC, considera que os eco-regimes deveriam priorizar claramente os apoios para a transição dos sistemas produtivos necessários ao abastecimento alimentar, que minimizem os seus impactos ambientais através de práticas mais sustentáveis?

Os eco-regimes são um dos elementos da arquitetura verde e constituem um novo instrumento no 1º pilar da PAC. Consistem num pagamento anual para compromissos ambientais, estando em negociação o respetivo envelope financeiro. Neste âmbito, o Conselho é mais ambicioso face à proposta da Comissão Europeia, defendendo que este novo instrumento represente um envelope financeiro mínimo de 20% dos pagamentos diretos.

A arquitetura verde é um dos pontos centrais da nova PAC, em resultado do reforço da ambição ambiental constante desta reforma. Algo que ganha maior pertinência e atualidade tendo em conta a Estratégia do Prado ao Prato. Assim, os eco regimes terão, com certeza, um papel fundamental no apoio para a transição justa e inclusiva dos sistemas produtivos necessários ao abastecimento alimentar, mediante o recurso a práticas mais sustentáveis e eficientes.

## **8** Considerando a aplicação conjunta e simultânea nos próximos anos, do Programa de Recuperação e Resiliência, do PEPAC e do Portugal 2030, considera necessário introduzir alterações no modelo de gestão dos fundos, visando uma aplicação eficaz e coordenada dos novos Programas?

Estamos a trabalhar no desenho do Plano Estratégico da PAC (PEPAC) para Portugal, a iniciar-se a 1 de janeiro de 2023. Este tem sido um processo altamente participado e queremos que o sector se identifique com o resultado.

Assim, como já referi anteriormente, nestes dois anos, vamos criar condições de transição para o Plano Estratégico da PAC e garantir a concretização da Agenda da Inovação 2030. Para isso e como já tive oportunidade de explicar, são vários os instrumentos ao nosso alcance, instrumentos que se complementam e

que vão permitir ao sector, garantindo o rendimento e a segurança dos sistemas alimentares, dar continuidade ou iniciar os processos de digitalização e de introdução da chamada arquitetura verde. Temos de apostar numa abordagem integradora e numa perspetiva holística, que enquadre e rentabilize os diversos instrumentos ao nosso alcance. É assim que temos procurado trabalhar.

## **9** No que respeita ao período de transição, para os anos 2021 e 2022, como se traduzirá o pacote “Next Generation”, no âmbito do PDR2020?

Estamos, desde já, a avançar com a reprogramação do PDR 2020, tendo em vista a integração do envelope financeiro de 312M€ no âmbito do programa de recuperação pós-COVID, mais vulgarmente designado por *Next Generation*. Especificamente neste pacote *Next Generation*, estamos a preparar um conjunto de medidas para a promoção da agricultura biológica (140M€) e para o desenvolvimento económico e social das zonas rurais (172M€), através da promoção da diminuição de custos de produção, com investimentos em eficiência energética e produção de energia, e estimulando a agricultura de precisão, a economia circular, a instalação de jovens agricultores, a renovação de equipamentos e os grupos operacionais. Vamos promover o acesso a estas linhas em regime de custos simplificados, facilitando a submissão e aprovação das candidaturas e agilizando todo o processamento administrativo até ao pagamento.

E, neste contexto, gostaria ainda de referir o que estamos a preparar, em termos de apoios, para este quadrimestre. Conforme recentemente anunciado pela Senhora Ministra da Agricultura, encontra-se a decorrer o período de candidatura no âmbito do Aviso para Renovação do Parque de Tratores Agrícolas, com uma dotação de 15M€, pretendendo-se apoiar a substituição de tratores obsoletos e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores, contribuir para o processo de modernização das empresas do sector agrícola, aumentar a segurança dos operadores de máquinas agrícolas e melhorar a eficiência energética dos equipamentos. Além disso, estamos ainda a trabalhar para a abertura de avisos para instalação de redes anti granizo e para

a instalação de painéis fotovoltaicos. Apoios mediante os quais pretendemos garantir as melhores condições para que o sector se possa adaptar, inovar e tornar mais seguro e sustentável, sem ver comprometida a rentabilidade.

## **10** Com competências governativas num sector tão importante como o vinho, e considerando também as suas origens, qual pensa que poderá ser o papel da Casa do Douro no futuro e para quando uma decisão sobre a regularização do processo eleitoral?

A Casa do Douro é um ex-líbris da região do Douro e continuará a ter um papel agregador dos Durienses. O futuro será certamente marcado pela preservação da imagem institucional e, esperamos, por um constante interesse e envolvimento pelas causas da região, em geral, e dos viticultores, em particular. O processo eleitoral irá avançar - é uma garantia que podemos e pretendemos manter e reafirmar perante os Durienses. Respeitando o espírito de transparência e união, o Ministério da Agricultura está a trabalhar para que o possa fazer brevemente e para que seja possível, à nova comissão, trabalhar numa Casa do Douro fortalecida e focada na afirmação e projeção da região.

## **11** O atraso na publicação relativa aos seguros agrícolas gerou alguma ansiedade junto das seguradoras e também dos agricultores. Que benefícios destaca nesta alteração à legislação e como perspetiva o futuro dos seguros de colheita em Portugal?

Sendo a Agricultura um dos sectores da economia que está mais exposto aos riscos associados às alterações climáticas, fator que induz a um aumento da incerteza no rendimento esperado às entidades que operam no sector, e sendo o incentivo à contratação de seguro de colheitas, por via da atribuição de um apoio ao prémio de seguro, uma medida que se tem mostrado eficaz na estabilização do rendimento dos agentes do sector, foi publicada, no passado dia 16 de março, em Diário da República, uma Portaria que procede a um conjunto de alterações ao Regulamento do Seguro de Colheitas e da Compensação de Sinistralidade. A Portaria n.º 59/2021 procede a um conjunto de alterações às regras de atribuição do apoio, nomeadamente: redução do prejuízo mínimo indemnizável, que

passa de 30% para 20% da produção anual média do agricultor; introdução da cultura Milho para silagem no seguro de colheitas horizontal; majoração da taxa de bonificação para 70% para os segurados detentores de Estatuto de Agricultura Familiar, conforme previsto no Orçamento de Estado para 2021, mais concretamente na alínea f), do n.º 1, do Artigo 223.º da Lei 75-B/2020.

**Gostaria de deixar uma mensagem de agradecimento ao sector, às organizações, às empresas e às pessoas que nele trabalham, com empenho e afinco. O sector soube adaptar-se e, nos desafios, conseguiu encontrar sinergias e oportunidades para continuar a funcionar e a crescer.**

Em simultâneo, reconhecendo que o acesso ao mercado ressegurador internacional pelas seguradoras, relativamente às apólices contratadas no âmbito do seguro de colheitas, não reúne ainda condições que permitam dispensar, em absoluto, a intervenção do Estado, a referida portaria determina a continuidade do mecanismo de compensação por excesso de sinistralidade e procede a um ajustamento com diferenciação para as regiões expostas a um maior risco. Pretendemos continuar o trabalho que vem sendo desenvolvido na Comissão de Acompanhamento do Sistema de Seguros Agrícolas (CA-SSA), que conta com a participação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), das organizações representativas dos agricultores, das seguradoras que dispõem de seguros agrícolas, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Neste fórum privilegiado para discussão dos seguros agrícolas são apresentadas e discutidas, por todos os intervenientes no processo, propostas e contributos que visem a construção de soluções para um sistema de seguros agrícolas cada vez mais equilibrado, mais justo e mais apelativo para os agricultores.

## **12 Qual o ponto da situação do Programa Nacional de Regadios 2014-2023 e como perspetiva a continuidade dos investimentos no regadio após 2023?**

O Programa Nacional de Regadios, com um investimento total de 560 M€, insere-se num esforço de investimento que pretende, por um lado, criar maior resiliência aos efeitos das alterações climáticas e, por outro, modernizar os regadios existentes, tornando-os mais eficientes. Foram já aprovadas 59 candidaturas, beneficiando mais de 67.000 ha, a que corresponde um investimento público de 392 milhões de euros.

Mas não podemos ficar por aqui. Com um investimento previsto de 750 M€, o Programa Nacional de Investimentos 2030 pretende dar continuidade a esta estratégia de intervenção.

Assim sendo, e tendo em vista o levantamento das necessidades de investimento e do potencial de desenvolvimento do regadio coletivo eficiente, está em elaboração um estudo de âmbito nacional que terá em consideração a conjugação de vários fatores, nomeadamente a disponibilidade de água, a aptidão dos solos, a viabilidade técnica, económica e ambiental das soluções encontradas.

## **13 Em que irá consistir o sistema de certificação dos sistemas de regadio na agricultura, anunciado pelo Governo?**

O Programa do XXII Governo Constitucional assume como prioridade a promoção de uma agricultura moderna, competitiva e orientada para os mercados, que contribua para o crescimento económico, para a criação de emprego e para o equilíbrio das contas externas, capaz de assegurar uma alimentação segura e saudável, com uma utilização sustentável dos recursos naturais, que responda aos efeitos das alterações climáticas e que contribua para a coesão social e territorial. E porque consideramos que, não só é possível, como é desejável, compatibilizar a atividade agrícola com a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, daremos seguimento ao desenvolvimento da Certificação de Regadio Sustentável. Queremos reconhecer a adoção de boas práticas agrícolas baseadas em várias componentes, nomeadamente no uso eficiente da água e da conservação do solo, e, assim, aumentar os níveis de

transparência e confiança na relação com o consumidor.

A par deste trabalho, vamos ainda procurar reforçar a sustentabilidade dos sistemas intensivos. Neste sentido, temos um projeto de Resolução do Conselho de Ministros que apresenta como objetivo central a definição das orientações e recomendações relativas à informação e à sustentabilidade da atividade agrícola intensiva. Será contemplado um projeto piloto focado nas culturas de olival e amendoal na zona de influência de Alqueva, nas culturas protegidas no perímetro de rega de Odemira e na cultura do abacate no Algarve. Vamos ainda estabelecer regras para registo dos operadores, que se dedicam à produção primária de produtos vegetais, e será implementado um caderno de campo digital, com vista à melhoria da informação disponível dos sistemas produtivos e das práticas culturais. E serão promovidas ações que contribuam para um maior conhecimento técnico dos agricultores e dos vários agentes com intervenção na atividade agrícola, nomeadamente uma ampla divulgação dos códigos e manuais de boas práticas, relacionados com a sustentabilidade ambiental da agricultura de regadio.

## **14 Que mensagem gostaria de deixar a todos os agricultores portugueses e às organizações nossas associadas que lhes prestam apoio?**

Só poderá ser uma mensagem de agradecimento ao sector, às organizações, às empresas e às pessoas que nele trabalham, com empenho e afinco. Muito obrigado pelo trabalho desenvolvido, pelo esforço e resiliência num período tão difícil como este. O sector soube adaptar-se e, nos desafios, conseguiu encontrar sinergias e oportunidades para continuar a funcionar e a crescer. Tal como até aqui, manteremos um diálogo próximo e um acompanhamento permanente, pretendendo assegurar as melhores respostas e soluções, designadamente numa fase em que se exige uma transição, digital e climática, justa e inclusiva. É “Tempo de Agir”, como relembra o lema da Presidência Portuguesa. Juntos, garantiremos que ninguém ficará para trás e levaremos mais longe este sector reconhecido dentro e para lá das fronteiras nacionais. ●